

RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO CONTÁBIL E DA GESTÃO FISCAL



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Cadastro Único - CADUN

Histórico de Responsáveis

Unidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS
CNPJ: 24.851.503/0001-39

Gestor

Nome: AILTON PARENTE ARAUJO

CPF: 881.565.407-00

Data Início: 01/01/2017

Data Fim: -

Nome: AILTON PARENTE ARAUJO

CPF: 881.565.407-00

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: 31/12/2016

Nome: DOMINGOS FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 323.385.031-04

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: 31/12/2012

Nome: AILTON PARENTE ARAUJO

CPF: 881.565.407-00

Data Início: 01/01/2000

Data Fim: 31/12/2008

Controle Interno

Nome: SELMA REGINA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

CPF: 401.545.302-63

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: -

Nome: LUCIANO LOPES TONETO

CPF: 554.444.070-00

Data Início: 09/04/2010

Data Fim: 31/12/2012

Nome: IVANICE GONCALVES RIBEIRO

CPF: 641.333.381-20

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: 08/04/2010

Nome: SELMA REGINA DE OLIVEIRA TEIXEIRA

CPF: 401.545.302-63

Data Início: 01/01/2005

Data Fim: 31/12/2008

Contador

Nome: JOSE FERREIRA DE FREITAS

CPF: 626.231.091-68

Data Início: 02/05/2017

Data Fim: -

Contador

Nome: DANIEL SCHULLER DOS SANTOS

CPF: 814.202.771-20

Data Início: 28/01/2013

Data Fim: 30/04/2017

Nome: ANTONIO DE MOURA MACEDO

CPF: 125.543.401-53

Data Início: 01/01/2009

Data Fim: 31/12/2012

Nome: ADRIANE CAMELO ARAUJO

CPF: 617.586.391-72

Data Início: 01/01/2008

Data Fim: 31/12/2008

Responsável R.H.

Nome: DOMINGOS CARLOS ARAUJO REIS

CPF: 006.681.131-70

Data Início: 01/01/2013

Data Fim: -

Nome: ALAIDES RODRIGUES DE SOUZA

CPF: 883.058.561-00

Data Início: 09/04/2010

Data Fim: 31/12/2012

Nome: LUCIANO LOPES TONETO

CPF: 554.444.070-00

Data Início: 02/01/2009

Data Fim: 08/04/2010

Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
ACOMPANHAMENTO DO PRAZO DAS REMESSAS

Município: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS

Exercício: 2017

Poder Executivo

1. REMESSA DAS INFORMAÇÕES DO RELATÓRIO AO SICAP.

Foram remetidas as informações referentes ao exercício de 2017, conforme cronograma previsto na Instrução Normativa TCE/TO nº 07, de 16.12.2009 e portarias regulamentares:

Período	Prazo da Remessa	Data do Envio	Status
Orçamento	01/02/2017 - 07/04/2017	31/03/2017	No Prazo
1º Bimestre	01/03/2017 - 07/04/2017	07/04/2017	No Prazo
2º Bimestre	02/05/2017 - 30/05/2017	31/05/2017	No Prazo
3º Bimestre	01/07/2017 - 31/07/2017	31/07/2017	No Prazo
4º Bimestre	01/09/2017 - 02/10/2017	02/10/2017	No Prazo
5º Bimestre	01/11/2017 - 30/11/2017	30/11/2017	No Prazo
6º Bimestre	01/01/2018 - 05/02/2018	05/02/2018	No Prazo
7ª Remessa	01/02/2018 - 01/03/2018	01/03/2018	No Prazo
8ª Remessa	15/03/2018 - 16/04/2018	16/04/2018	No Prazo

30/04/2018 21:04:33



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS - TO

Sr(a): AILTON PARENTE ARAUJO - Gestor (a)

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - Exercício de 2017

Informação nº RGF.11718907B6/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do Exercício de 2017, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Instrução Normativa TCE/TO nº 011/2012.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS ressalta-se o seguinte:

1. PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que os relatórios de Gestão Fiscal deverão ser publicados quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal.

Deve ser observado o disposto no § 2º do art. 55, e as sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51, da LC nº 101/2000, em caso da não publicidade do relatório.

Os Relatórios de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2017 foram publicados nos prazos abaixo:

Período	Prazo estabelecido no art. 55, III, § 2 da LC nº 101/2000	Data Publicação	Status
1º Semestre	30/07/2017	24/07/2017	No prazo
2º Semestre	30/01/2018	26/01/2018	No prazo

2. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

1º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 54% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 51,3% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 48,6% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
13.965.639,94	7.541.445,57	7.164.373,29	6.787.301,01	6.976.236,14	49,95%

A despesa com pessoal foi de R\$ 6.976.236,14, correspondendo a 49,95% da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

2º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 54% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 51,3% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 48,6% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
13.814.187,61	7.459.661,31	7.086.678,24	6.713.695,18	6.987.360,06	50,58%

A despesa com pessoal foi de R\$ 6.987.360,06, correspondendo a 50,58% da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 54% (cinquenta e quatro por cento) da RCL que cabe ao Poder Executivo, fixado no art. 20, III, 'b' da L.C. nº 101/2000.

3. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Art. 29, incisos I e II, § 2º, 3º e 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e art. 3º inciso II da Resolução 40/2001 do Senado Federal

Visa assegurar a transparência das obrigações contraídas pelo município, como também controlar os limites de endividamento de que trata a LRF, ou seja, respeitar a relação entre dívida e sua capacidade de pagamento. O limite estabelecido para os municípios, é de 1,2 vezes à Receita Corrente Líquida - RCL, fixado no art. 3º, inc. II, da Resolução nº 40/2001 do Senado Federal-L.C. nº 101/2000, art. 59, inc. II e IV e § 1º III.

1º Semestre

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO
13.965.639,94	16.758.767,93	0,00

Não Houve Dívida Consolidada no Período Fiscal em referência.

2º Semestre

DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA		
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO MUNICÍPIO	LIMITE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA 1.2 VEZES A RCL	MONTANTE DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA NO PERÍODO
13.814.187,61	16.577.025,13	0,00

Não Houve Dívida Consolidada no Período Fiscal em referência.

4. GARANTIA - Art. 40, § 1º, da L.C. nº 101/2000 - Exercício 2017

As garantias são compreendidas por adimplências de obrigações financeiras ou contratuais. As contra-garantias poderão constituir na vinculação de receitas tributárias diretamente arrecadadas. Não houve concessão de garantias no período em referência.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2017 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao exercício de 2017 do Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 30 dia(s) do mês de Abril de 2017.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL

Interessado: CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS - TO

Sr(a): VANUSA PEREIRA BRANQUINHO - Gestor (a)

Assunto: Relatório de Gestão Fiscal - Exercício de 2017

Informação nº RGF.21718907B6/2017

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório de Gestão Fiscal do Exercício de 2017, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Instrução Normativa TCE/TO nº 011/2012.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS ressalta-se o seguinte:

1. PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE GESTÃO FISCAL

O art. 55, inciso III, § 2º da LRF, determina que os relatórios de Gestão Fiscal deverão ser publicados quadrimestralmente e disponibilizado ao acesso público, inclusive em meios eletrônicos, até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder. É facultado aos Municípios com população inferior a cinquenta mil habitantes optar por divulgar, semestralmente, o Relatório de Gestão Fiscal.

Deve ser observado o disposto no § 2º do art. 55, e as sanções referidas no § 3º do art. 55, c/c o § 2º do art. 51, da LC nº 101/2000, em caso da não publicidade do relatório.

Os Relatórios de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2017 foram publicados nos prazos abaixo:

Período	Prazo estabelecido no art. 55, III, § 2 da LC nº 101/2000	Data Publicação	Status
1º Semestre	30/07/2017	17/07/2017	No prazo
2º Semestre	30/01/2018	26/01/2018	No prazo

2. DESPESAS COM PESSOAL

A LRF determina limite legal de gastos com pessoal em relação à Receita Corrente Líquida (RCL). De acordo com a Lei, a despesa com pessoal não pode ultrapassar 60% da RCL, assim distribuídos: 54% para o Executivo e 6% para o Legislativo.

1º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 6% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 5,7% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 5,4% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
3.854.176.659,11	231.250.599,55	219.688.069,57	208.125.539,59	350.447,69	0,01%

A despesa com pessoal foi de R\$ 350.447,69, correspondendo a 0,01% da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da RCL que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art. 20, III, 'a' da L.C. nº 101/2000.

2º Semestre

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (R\$)	LIMITE MÁXIMO DE 6% (R\$)	LIMITE PRUDENCIAL 5,7% (R\$)	LIMITE DE ALERTA 5,4% (R\$)	DESPESA COM PESSOAL REALIZADA (R\$)	%
13.814.187,61	828.851,26	787.408,69	745.966,13	376.355,09	2,72%

A despesa com pessoal foi de R\$ 376.355,09, correspondendo a 2,72% da Receita Corrente Líquida, não excedendo o limite máximo de 6% (seis por cento) da RCL que cabe ao Poder Legislativo, fixado no art. 20, III, 'a' da L.C. nº 101/2000.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório de Gestão Fiscal referente ao exercício de 2017 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Legislativo do Município de Santa Rosa do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro correspondente ou a qualquer tempo diante da ocorrência de fatos supervenientes que recomende esta providência.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório de Gestão Fiscal relativo ao exercício de 2017 do Poder Legislativo do Município de Santa Rosa do Tocantins

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 30 dia(s) do mês de Abril de 2017.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP/CONTÁBIL

Interessado: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS - TO

Sr(a): AILTON PARENTE ARAUJO - Gestor (a)

Assunto: Relatório Resumido de Execução Orçamentária - Exercício de 2017

Informação nº RREO.11718907B6/2017

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS, sujeita ao regime de fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Tribunal de Contas do Estado do Tocantins, nos termos da Constituição Federal, art. 71, Constituição do Estado, arts. 32 e 33 e arts. 97 e 98 da Lei Estadual 1284/2001, encaminhou para exame, por meio informatizado os dados relativos ao Relatório Resumido de Execução Orçamentária Exercício de 2017, em atendimento ao prescrito na Lei Complementar Federal nº 101/2000 e na Instrução Normativa TCE/TO nº 011/2012.

ANÁLISE:

Na análise dos dados informados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS ressalta-se o seguinte:

1. PUBLICAÇÃO DOS RELATÓRIOS RESUMIDOS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

O Relatório Resumido da Execução Orçamentária - RREO - é um instrumento imprescindível no acompanhamento das atividades financeiras e de gestão e está previsto na Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 de outubro de 1988, que estabelece em seu artigo 165, parágrafo 3º, que o Poder Executivo o publicará, até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

O Art. 52 da Lei de Responsabilidade Fiscal estabelece que o RREO será publicado até trinta dias após o encerramento de cada bimestre.

O RREO será elaborado e publicado pelo Poder Executivo do Município.

Os Relatórios Resumidos de Execução Orçamentária referente ao exercício de 2017 foram publicados nos prazos abaixo:

Período	Prazo estabelecido no art. 52 da LC nº 101/2000	Data Publicação	Status
1º Remessa	30/03/2017	29/03/2017	No prazo
2º Remessa	30/05/2017	25/05/2017	No prazo
3º Remessa	30/07/2017	24/07/2017	No prazo
4º Remessa	30/09/2017	26/09/2017	No prazo
5º Remessa	30/11/2017	27/11/2017	No prazo
6º Remessa	30/01/2018	26/01/2018	No prazo

2. GASTOS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO

2.1. Aplicação mínima 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, em gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino (CF, art. 212)

APLICAÇÃO EM ENSINO/RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS			
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	APLICAÇÃO MÍNIMA - 25%	MONTANTE APLICADO	%
9.830.891,40	2.457.722,85	2.518.341,58	25,62%

O Poder Executivo Municipal, até o 6º Bimestre/2017, realizou gastos com manutenção e desenvolvimento do ensino no montante de R\$ 2.518.341,58, representando 25,62% da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, o que evidencia o cumprimento da aplicação de, no mínimo, 25% dessas receitas, como previsto no art. 212 da Constituição Federal.

2.2. Destinação dos recursos do FUNDEB em pelo menos 60% (sessenta por cento) com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica, em efetivo exercício (Lei Federal nº. 11.494/2007, art. 22)

APLICAÇÃO DOS RECURSOS DO FUNDEB (Com remuneração dos profissionais do magistério da educação básica)			
RECURSOS DO FUNDEB	APLICAÇÃO MÍNIMA - 60%	MONTANTE APLICADO	%
3.232.348,36	1.939.409,02	2.004.490,85	60,94%

O Poder Executivo Municipal no 6º Bimestre/2017, destinou dos recursos do FUNDEB, R\$ 2.004.490,85, para remuneração dos profissionais da educação básica, em efetivo exercício, representando 60,94% do montante dos recursos do FUNDEB, o que evidencia o cumprimento da aplicação de, no mínimo, dos 60% (sessenta por cento) desses recursos, prevista na Lei Federal nº 11.494/2007, art. 22.

3. GASTOS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE/RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS			
RECEITA DE IMPOSTOS E DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS	APLICAÇÃO MÍNIMA - 15%	MONTANTE APLICADO	%
9.304.058,84	1.395.608,83	1.849.528,12	19,88%

Limite mínimo, fixado no art. 198, §2º, inc. III, e art. 77, inc. III do ADCT, da Constituição Federal, em gastos com ações e serviços públicos de saúde.

O limite mínimo de aplicação do produto da arrecadação dos impostos previstos no art. 156 e dos recursos de que tratam os arts. 158 e 159, I, alínea 'b' e §3º, da Constituição Federal, em Ações e Serviços Públicos de Saúde, a partir do exercício de 2004, é de 15% conforme dispõe a Constituição Federal, em seu art.198, §2º, inc. III e art. 77, inc. III, do ADCT.

O Município, até o 6º Bimestre/2017, realizou gastos com ações e serviços de saúde no montante de R\$ 1.849.528,12, representando 19,88% da receita resultante de impostos e de transferências constitucionais, evidenciando o cumprimento da aplicação mínima, previstas no art. 77 do ADCT da Constituição Federal.

4. IMPOSTOS DE COMPETÊNCIA DO MUNICÍPIO - Art. 156, da CF, art. 11 da LRF - até 6º Bimestre/2017:

Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos de competência do ente. Foram previstos os impostos de competência constitucional do município no valor de R\$ 631.000,00, e efetivamente arrecadado o valor de R\$ 1.094.766,55, tendo cumprido o estabelecido no dispositivo acima mencionado.

CONCLUSÃO:

Considerando que os dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária referente ao exercício de 2017 e dos demais dados demonstrados, foram informados pelo Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins sendo considerados de veracidade ideológica presumida.

Considerando que os dados informados não foram auditados por este Tribunal, para fins de confirmação dos valores, com base na documentação de suporte e nos registros contábeis respectivos, o que poderá ser feito quando do exame das contas anuais do exercício financeiro.

Ante o exposto a Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal emite a presente informação que demonstra dados do Relatório Resumido da Execução Orçamentária relativo ao exercício de 2017 do Poder Executivo do Município de Santa Rosa do Tocantins.

Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal, aos 30 dia(s) do mês de Abril de 2017.



Tribunal de Contas do Estado do Tocantins
Coordenadoria de Acompanhamento Contábil e Gestão Fiscal
Sistema Integrado de Controle e Auditoria Pública - SICAP
Lista Anual de Alertas
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO TOCANTINS
Exercício de 2017

Número do Alerta	Período	Assunto	Data de Geração	Recebido por	Data de Recebimento
2017000111	2017/1	Gastos com manutenção e desenvolvimento de ensino	07/04/2017 16:49:32	AILTON PARENTE ARAUJO	07/04/2017 17:12:22
2017001310	2017/3	Gasto de Pessoal	31/07/2017 14:20:20	AILTON PARENTE ARAUJO	31/07/2017 15:19:59
2017002873	2017/6	Gasto de Pessoal	05/02/2018 15:23:02	AILTON PARENTE ARAUJO	05/02/2018 16:26:47